



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2017
(Do Sr. Rômulo Gouveia)

**Dispõe sobre a
acessibilidade a eventos
realizados ao ar livre; altera a
Lei nº 13.146, de 6 de julho de
2015, e a Lei nº 10.098, de 19
de dezembro de 2000.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “ institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para assegurar acessibilidade a eventos culturais ou esportivos realizados ao ar livre.

Art. 2º O art. 42 da Lei nº 13.146, de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ”, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. _____ 42.

.....

§ 1º

§ 2º

§ 3º *A garantia de acesso determinada neste artigo aplica-se, também, a eventos culturais*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ou esportivos realizados ao ar livre, promovidos pelo Poder Público ou por agentes privados. (NR) ”

Art. 3º O *caput* do art. 60 da Lei nº 13.146, de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 60.

V – o planejamento dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, incluindo as instalações provisórias de eventos culturais ou esportivos realizados ao ar livre.

§ 1º

§ 2º(NR) ”

Art. 4º A Lei nº 10.098, de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 24-A:

“Art. 24-A. As disposições desta Lei aplicam-se, também, às instalações provisórias de eventos culturais ou esportivos realizados ao ar livre, promovidos pelo Poder Público ou por agentes privados. ”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei aqui apresentado expressa na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e também na Lei nº 10.098/2000, a obrigatoriedade de que os eventos culturais e esportivos realizados ao ar livre observem as normas sobre acessibilidade.

Grandes eventos com atividades culturais e esportivas são promovidos durante todo o ano em muitas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

idades brasileiras. Esses eventos frequentemente atraem milhares de pessoas, porém nem todos podem participar devido a restrições de acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Há duas leis de aplicação nacional contemplando a garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, acima mencionadas. Ocorre que essas leis não explicitam com a clareza necessária a aplicabilidade de suas determinações a instalações temporárias de eventos realizados ao ar livre. Consideramos que se fazem necessários ajustes nos textos legais em vigor, para que não haja qualquer dúvida a esse respeito.

Em face da evidente repercussão social desta proposta, contamos com o pleno apoio dos integrantes desta Casa de Leis para sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2017

Deputado **RÔMULO GOUVEIA**
PSD/PB